

## Resenha do livro «Democracia digital e a ditadura dos dados» de Byung-Chul Han<sup>1</sup>

Guilherme Howes<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4226-2979>

João Gabriel Dornelles Howes<sup>3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9648-5987>

**Resumo:** Este texto trata de uma resenha. Em “Infocracia” Byung-Chul Han analisa a digitalização da vida social e a crise da democracia. O texto foi publicado em 2022 pela Editora Vozes, no Brasil, e apresenta uma análise de nossa sociedade atual que, de muitas maneiras, encontra-se diante de uma crise generalizada da democracia e isso em sentido global. Essa crise é indissociável do atual avanço da extrema direita e do domínio que as redes sociais exercem em nossas vidas.

**Palavras-chave:** inteligência artificial. sociedade da informação. mídias sociais. democracia digital.

---

<sup>1</sup> HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson, Editora Vozes, Petrópolis, RJ: 2022.

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Sociais, Licenciado em Sociologia, especialista em História do Brasil, Mestrado em Ciências Sociais e Doutor em Educação. Toda formação pela UFSM. Discente do Curso de Direito da UNISM/Santa Maria e professor de Teoria Social e Ciência Política na graduação e na pós-graduação da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5587890154156833>.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9677472125724496>.

## Digital democracy and data dictatorship

**Abstract:** This text is a review. In “Infocracy” Byung-Chul Han analyzes the digitization of social life and the crisis of democracy. The text was published in 2022 by Editora Vozes, in Brazil, and presents an analysis of our current society which, in many ways, is facing a generalized crisis of democracy and that in a global sense. This crisis is inseparable from the current advance of the extreme right and the dominance that social networks exert in our lives.

115

---

**Keywords:** artificial intelligence. information society. social media. digital democracy.

## Democracia digital y la dictadura de datos

**Resumen:** Este texto es una revisión. En “Infocracia” Byung-Chul Han analiza la digitalización de la vida social y la crisis de la democracia. El texto fue publicado en 2022 por Editora Vozes, en Brasil, y presenta un análisis de nuestra sociedad actual que, en muchos sentidos, enfrenta una crisis generalizada de la democracia y en un sentido global. Esta crisis es inseparable del avance actual de la extrema derecha y del dominio que ejercen las redes sociales en nuestras vidas.

116

---

**Palabras Clave:** inteligencia artificial. sociedad de información. redes sociales. democracia digital.

Quando o sul-coreano Byung-Chul Han chegou à Universidade de Freiburg, na Alemanha, no início de 1980, para estudar filosofia, o mundo digital ainda era restrito ao universo corporativo, totalmente conectado por cabos e a IBM ainda não tinha sequer lançado o PC, o computador pessoal que iniciou a transformação da comunicação digital na distopia dos tempos atuais. Aos 21 anos, ele não só transita de seu continente para o Velho Mundo, mas transita também intelectualmente da metalurgia para a psicanálise, para a teologia e para a literatura. Sua interpretação sobre as relações sociais da era digital é tão transdisciplinar quanto sua formação e sua trajetória de vida.

*Infocracia: digitalização e a crise da democracia* é o 19º livro do autor editado no Brasil pela Vozes. Esta edição de 2022 vem à luz apenas um ano depois do lançamento de seu original alemão e demonstra a centralidade do autor como intérprete dos fenômenos que afligem a sociedade deste início da terceira década do século XXI. Isso expressa que sua leitura não é somente necessária, mas urgente, se quisermos conhecer as nebulosas conexões entre a comunicação no mundo virtual e as emergentes formas democráticas moduladas pelos algoritmos de nossa era digital.

Infocracia é um texto breve, de apenas 107 páginas, extremamente contundente e de leitura absolutamente acessível. O texto está dividido em 5 partes onde cada subtítulo dá conta de um tema totalmente independente um do outro, porém todos referentes à questão política na era digital. Não há elementos pré-textuais ou pós-textuais (tais como introdução, prefácio, apresentação, posfácio e conclusão) nem mesmo bibliografia. O estilo textual de Han tem um tom ensaístico, com frases curtas, compondo parágrafos breves, bastante agudos na abordagem argumentativa, carregando ideias síntese, em grande medida redigidos aforisticamente.

A primeira parte trata da “forma de denominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos.” (p. 07). Denominada *Regime de informação*, essa forma de denominação é o exato oposto ao «regime disciplinar» que, diferentemente, disciplinava os corpos e suas energias. No primeiro, o controle incide sobre informações e dados. Por outros termos, segundo Han, o poder agora não decorre do controle dos meios de produção, mas do “acesso

a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolíticos.” (idem). O capitalismo industrial exerceu a dominação por meio do regime disciplinar, fabricando além de mercadorias corpos dóceis, adestrando os seres humanos como obedientes animais do trabalho. Era um poder biopolítico sobre o corpo. “O sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, supõe-se livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa” (p. 09). Ao contrário do regime de soberania pré-moderno, um espaço cujo palco era a própria esfera pública, “o regime disciplinar moderno não é uma sociedade do teatro, mas uma sociedade da vigilância” (p. 11). As pessoas agora não estão dispostas como em um palco, separadas e classificadas, mas situam-se em uma grande máquina panóptica em que o que é de fato visível não são os dominadores, mas os dominados. “O regime de informação se garante sem uma coação disciplinar” (p.13), na medida em que são os próprios dominados que se produzem, põem-se volitivamente em cena.

Nesse regime biopolítico de dominação, não são as pessoas que são realmente livres, mas a própria informação. A “transparência” aqui adquire um contorno peculiar. Ela se torna a política de tornar-se visível. Nela, como em uma sala escura, o ser humano torna-se ao mesmo tempo transparente e invisível, dentro da “caixa-preta algorítmica” (p. 16). Nesse regime de informação, a liberdade “não significa agir, mas clicar, curtir e postar” (p. 19), encerrando o “tempo do ser humano de massa” (p. 22), e dando vida a “enxames digitais” (p. 48), agindo em função de um “inconsciente digital” (p. 23). Se para Carl Schmitt, na primeira metade do século XX, o soberano era quem decidia sobre o estado de exceção, na era do capitalismo da informação, soberano é quem decidirá sobre as ondas do espaço, “quem dispõe das informações em rede” (p. 24).

Infocracia, que dá título ao livro, dá nome também à segunda parte do texto. Em resumidas contas, ela é a própria degeneração da democracia. Nessa nova “midiocracia” (p. 27), as “notícias se tornam similares a uma narrativa. A distinção entre ficção e realidade desaparece.” (p. 29). Transforma-se, nesse sentido, em uma “teatrocracia” onde a “política se esgota em encenações midiáticas de massa” (idem). “O discurso degrada-se em show e propaganda” (p. 30) e o conteúdo mesmo da política acaba desempenhando um papel cada vez menor. A degradação da política decorre de sua perda de substância, reduzida a imagens telecráticas de si mesma.

Na terceira parte do texto, “O fim da ação comunicativa” (p. 47), o autor desenvolve o argumento de que mergulhamos em “um universo de informações completamente próprio para cada um de nós” (p. 53), na medida em que as identidades se desvencilham da alteridade, pois “não ouvimos mais o[s] outro[s] de maneira atenta” (p. 62). Ora, se “a democracia é uma comunidade de escuta atenta” (idem), a “desaparição do outro” (p. 52) nos torna elementos de “enxames digitais” (p. 48), cuja característica principal é a de serem “enxames efêmeros, fugidios, guiados por interesses” (p. 49). E é justamente isso que impossibilita a ação comunicativa, que para existir, não prescinde de esferas públicas estáveis e amplas. A “personalização algorítmica da rede” (p. 55) faz desaparecer o outro, forjando “infobolhas autistas” (p.52) criadas por máquinas que proporcionam o que o autor chama de “tribalização da rede” (p. 58).

Diante disso surge algo novo, a “Racionalidade digital” (p. 63), título da quarta parte do livro. Por definição, podemos caracterizá-la como “a forma de racionalidade que se sustenta sem discurso” (p. 65), na medida em que ela é oposta à racionalidade comunicativa, discutida na parte anterior do texto. Aqui, “o discurso é substituído por dados.” (p. 65). Os “dataístas”, os defensores do big data, “acham que não apenas a desintegração da esfera pública mas também a massa pura de informações e complexidade rapidamente crescente da sociedade e informações tornam obsoleta a ideia de ação comunicativa» (p. 63). Assim, os dataístas “tem em mente uma sociedade que se sustenta completamente sem política”. Mas, de fato, a questão mais interessante apontada pelo autor nesse item do texto é a relação entre dataísmo e infocracia: “Da perspectiva dataísta, a democracia partidária não existirá mais no futuro próximo. Dará lugar à infocracia como pós-democracia digital.” (p. 71).

Chegamos, então, à consequência principal de todas as circunstâncias apontadas por Han até aqui. “A crise da verdade» (p. 81) é a principal decorrência de uma sociabilidade modulada pela infocracia e também a derradeira parte do texto. Em síntese, a crise na verdade consiste na perda da “crença na facticidade” (p. 81). Nessa espécie de vazio, de um novo niilismo do século XXI, passam a circular “informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real.” (idem). Aqui, é fundamental desambiguar termos como mentira, fake news, facticidade e realidade. Nesse contexto, as “fake news não são uma mentira.” (p. 84). De forma simples pode-se entender a mentira com algo irreal,

que não acontece ou não aconteceu. As fake news não consistem simplesmente numa mentira porque elas forjam um novo tipo de realidade, não factual, mas hiper-real. “O novo niilismo não implica que a mentira foi feita verdade ou que a verdade foi difamada como mentira. Em vez disso, a própria diferenciação entre verdade e mentira é que foi anulada” (idem) e dentro dessa compreensão, “quem inventa uma nova realidade, não mente, em sentido habitual.” (p. 88).

O grande problema, nisso tudo, é que “a democracia não tolera o novo niilismo. Ela exige um falar a verdade. Apenas a infocracia se sustenta sem verdade” (p. 100). Não somente se sustenta, como se alimenta de ficcionalidades convertidas em factuais. O critério de verificação da realidade não é exatamente sua existência real em si, mas sim, é “a coerência narrativa que a torna fidedigna.” (p. 99). Se a crise da verdade é sempre uma crise da sociedade. “Sem verdade, a sociedade rui internamente” (p. 97). O que a mantém junta não é, portanto uma coerência interna, intrínseca, organicamente visceral, mas relações moduladas por variáveis algorítmicas, maquínicas, inauditas ao escrutínio humano, instrumental e economicamente determinadas. O texto de Byung-Chul Han, possivelmente não é o único necessário para compreender as relações sociais de nosso tempo, no entanto, sem ele, muito possivelmente nossa compreensão restará inconclusa e capitularemos completamente à inteligibilidade da sociedade infocrática. Por isso tudo, o texto de Han é fundamental e incontornável pelos interessados em compreender as arestas entre democracia e informação, entre as novas formas de poder e as novas tecnologias do mundo contemporâneo.